

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2026

Nível Superior: NS09 (Manaus)
CONTADOR

Data: ___/___/_____

Tempo de realização da prova: 4 (quatro) horas

Leia com atenção as instruções

Você receberá do Aplicador de Sala:

- ✓ Um Caderno de Questões contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 10 (dez) de Legislação e 25 (vinte e cinco) de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- ✓ Decorridos cerca de 15min do início da prova, terá início a entrega do CARTÃO-RESPOSTA personalizado. É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine-o assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ Transcreva suas respostas para o CARTÃO-RESPOSTA preenchendo todo o círculo. Após o preenchimento, não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO-RESPOSTA, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- ✓ Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica fabricada em material transparente e de tinta na cor **preta** para assinalar suas respostas no CARTÃO-RESPOSTA.

Assinale assim: ●

- ✓ Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova. Faça-a com tranquilidade e controle o seu tempo pelo MARCADOR DE TEMPO afixado no Quadro à sua frente. Esse tempo inclui as respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Somente depois de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas, você poderá retirar-se da sala de prova, entregando, **OBRIGATORIAMENTE**, ao Aplicador de Sala, o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA**.
- ✓ Verifique se assinou o CARTÃO-RESPOSTA antes de entregá-lo ao Aplicador de Sala.
- ✓ Somente será permitido a você levar o Caderno de Questões, quando estiverem faltando 30 (trinta minutos) para o término da prova.
- ✓ É terminantemente vedado copiar suas respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar a sala **SIMULTANEAMENTE** e deverão assinar a Ata de Sala de Prova juntamente com a equipe de fiscalização do Centro de Aplicação.
- ✓ Os Aplicadores de Sala não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a alternativa a ser assinalada.

NOME: _____

CIDADE DA PROVA: _____ **LOCAL DA PROVA:** _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a crônica a seguir, intitulada “A aliança”, cuja autoria é do escritor gaúcho Luís Fernando Veríssimo (1936-2025), antes de responder às questões 01 e 02, que a ela se referem:

Esta é uma história exemplar, só não está muito claro qual é o exemplo. De qualquer jeito, mantenha-a longe das crianças. Também não tem nada a ver com a crise brasileira, o apartheid, a situação na América Central ou no Oriente Médio ou a grande aventura do homem sobre a Terra. Situa-se no terreno mais baixo das pequenas aflições da classe média. Enfim, aconteceu com um amigo meu. Fictício, claro.

Ele estava voltando para casa como fazia, com fidelidade rotineira, todos os dias à mesma hora. Um homem dos seus 40 anos, naquela idade em que já sabe que nunca será o dono de um cassino em Samarkand, com diamantes nos dentes, mas ainda pode esperar algumas surpresas da vida, como ganhar na loto ou furar-lhe um pneu. Furou-lhe um pneu.

Com dificuldade ele encostou o carro no meio-fio e preparou-se para a batalha contra o macaco, não um dos grandes macacos que o desafiavam no jângal dos seus sonhos de infância, mas o macaco do seu carro tamanho médio, que provavelmente não funcionaria, resignação e reticências... Consegui fazer o macaco funcionar, ergueu o carro, trocou o pneu e já estava fechando o porta-malas quando a sua aliança escorregou pelo dedo sujo de óleo e caiu no chão. Ele deu um passo para pegar a aliança do asfalto, mas sem querer a chutou.

A aliança bateu na roda de um carro que passava e voou para um bueiro, onde desapareceu diante dos seus olhos, nos quais ele custou a acreditar. Limpou as mãos o melhor que pôde, entrou no carro e seguiu para casa. Começou a pensar no que diria para a mulher. Imaginou a cena. Ele entrando em casa e respondendo às perguntas da mulher antes de ela fazê-las.

– Você não sabe o que me aconteceu!

– O quê?

– Uma coisa incrível.

– O quê?

– Contando ninguém acredita.

– Conta!

– Você não nota nada de diferente em mim? Não está faltando nada?

– Não.

– Olhe.

E ele mostraria o dedo da aliança, sem a aliança.

– O que aconteceu?

E ele contaria. Tudo, exatamente como acontecera.

O macaco. O óleo. A aliança no asfalto. O chute involuntário. E a aliança voando para o bueiro e desaparecendo.

– Que coisa – diria a mulher, calmamente.

– Não é difícil de acreditar?

– Não. É perfeitamente possível.

– Pois é. Eu...

– SEU CRETINO!

– Meu bem...

– Está me achando com cara de boba? De palhaça?

Eu sei o que aconteceu com essa aliança. Você tirou do dedo para namorar. É ou não é? Para fazer um programa. Chega em casa a esta hora e ainda tem a

cara-de-pau de inventar uma história em que só um imbecil acreditaria.

– Mas, meu bem...

– Eu sei onde está essa aliança. Perdida no tapete felpudo de algum motel. Dentro do ralo de alguma banheira redonda. Seu sem-vergonha!

E ela sairia de casa com as crianças, sem querer ouvir explicações.

Ele chegou em casa sem dizer nada. Por que o atraso? Muito trânsito. Por que essa cara? Nada, nada. E, finalmente:

– Que fim levou a sua aliança? E ele disse:

– Tirei para namorar. Para fazer um programa. E perdi no motel. Pronto. Não tenho desculpas. Se você quiser encerrar nosso casamento agora, eu compreenderei.

Ela fez cara de choro. Depois correu para o quarto e bateu com a porta. Dez minutos depois, reapareceu. Disse que aquilo significava uma crise no casamento deles, mas que eles, com bom-senso, a venceriam.

– O mais importante é que você não mentiu pra mim.

E foi tratar do jantar.

Fonte: <https://www.refletirpararefletir.com.br/4-cronicas-de-luis-fernando-verissimo>.

01. Sobre o texto, podemos afirmar que:

- I. São apresentadas duas narrativas, uma imaginária e outra que, segundo o autor, de fato aconteceu, muito embora tenha sido com um amigo inexistente.
- II. À maneira das fábulas, a crônica apresenta uma moral, ainda que não esteja de acordo com as regras sociais: a de que a mentira, muitas vezes, compensa.
- III. A crônica sugere que os problemas do cotidiano das pessoas são mais importantes do que conflitos em escala planetária.
- IV. A expressão “Seu cretino!”, proferida pela mulher, em virtude de estar grafada em maiúsculas, indica que se trata de um grito ou, pelo menos, de um insulto em voz alta.
- V. Em geral, as narrativas se desenvolvem a partir de um problema; no caso de “A aliança”, o problema gerador foi a incompatibilidade de gênio entre os cônjuges.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II e V são verdadeiras.

02. Sobre aspectos linguísticos do texto, podemos afirmar que o(s):

- I. verbo “acontecer” (em “exatamente como acontecera”) e o verbo “perder” (em “E perdi no motel”) estão ambos conjugados no pretérito perfeito do indicativo.
- II. verbo “mostrar” (em “E ele mostraria o dedo da aliança”) e o verbo “sair” (em “E ela sairia de casa com as crianças”) expressam ações que poderiam ter acontecido após um evento no passado.
- III. vocábulo “batalha” (em “e preparou-se para a batalha contra o macaco”) está empregado em

sentido conotativo e se caracteriza como uma metáfora.

- IV. vocábulos “mais” (em “Situa-se no terreno mais baixo”, no 1.º parágrafo) e “mas” (em “mas ainda pode esperar algumas surpresas da vida”, no 2.º parágrafo), são, respectivamente, um advérbio e uma conjunção.
- V. período “Se você quiser encerrar nosso casamento agora, eu compreenderei” é composto por duas orações, sendo a primeira uma subordinada concessiva.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
 b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
 c) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
 d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
 e) Somente as afirmativas II e V são verdadeiras.
- 03.** No Manual de Redação da Presidência da República, há várias recomendações sobre o uso da língua escrita (ver, a propósito, o capítulo III – Elementos de Ortografia e Gramática, item 11 Sintaxe). A partir do que se contém nesse manual, assinale a alternativa que apresenta erro de paralelismo:
- a) Eis o que espero de minha viagem: visitas a museus, passeios a parques temáticos, praias com muito sol.
 b) O palestrante é professor renomado, que tem grande reputação no meio acadêmico e artístico.
 c) O livro premiado tem mais de duzentas páginas de gráficos e é muito complexo.
 d) Por documento oficial, recomendou-se aos funcionários economizar energia e que preparassem planos de atividade.
 e) Um professor precisa corrigir exercícios, estudar sua matéria, ser pontual e ler livros informativos.
- 04.** Ainda de acordo com as diretrizes do Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa que define corretamente o significado de Medida Provisória:
- a) É ato normativo elaborado e editado pelo Presidente da República em decorrência de autorização do Poder Legislativo, expedida por meio de resolução do Congresso Nacional e dentro dos limites nela traçados.
 b) É ato normativo com força de lei que pode ser editado pelo Presidente da República em caso de relevância e urgência.
 c) É ato normativo primário que contém, em regra, normas gerais e abstratas, como as que autorizam a criação de empresas públicas e sociedades de economia mista.
 d) É ato administrativo de competência exclusiva do Chefe do Executivo, destinado a prover as situações gerais ou individuais expressas ou implícitas na lei.
 e) É um tipo de lei que não tem a rigidez dos preceitos constitucionais e que não comporta a sua revogação por força de qualquer outra lei ordinária superveniente.
- 05.** Leia as frases a seguir, atentando para a pontuação que apresentam:

- I. Os meus gatos, eu os considero como filhos.
 II. A velha senhora esperava o telefonema aflita.
 III. Quando chegaram de viagem, avisaram logo à família.
 IV. A velha senhora, aflita, esperava o telefonema.
 V. A moça dançava, e rodopiava, e ria, e transmitia alegria.
 VI. João trabalha como escrivão, e seu filho, como bancário.

Quanto ao emprego ou a ausência da vírgula, podemos afirmar que:

- a) Somente as frases I, II, IV e V estão corretas.
 b) Somente as frases I, III e IV estão corretas.
 c) Somente as frases II, III, V e VI estão corretas.
 d) Somente as frases III, IV e VI estão corretas.
 e) Todas as frases estão corretas.

06. Leia o poema “Congresso internacional do Medo”, de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), publicado no livro *Sentimento do mundo* (1940), em plena II Guerra Mundial:

Provisoriamente não cantaremos o amor,
 que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
 Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
 não cantaremos o ódio, porque este não existe,
 existe apenas o medo, nosso pai e nosso
 companheiro,
 o medo grande dos sertões, dos mares, dos
 desertos,
 o medo dos soldados, o medo das mães, o medo
 das igrejas,
 cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos
 democratas,
 cantaremos o medo da morte e o medo depois da
 morte.
 Depois morreremos de medo
 e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e
 medrosas.

Sobre o texto, fazem-se as afirmativas a seguir:

- I. O clima de terror que perpassava o mundo, durante a II Guerra Mundial, sobrepõe-se a todos os sentimentos, inclusive ao amor e ao ódio.
 II. As flores amarelas no último verso são uma referência ao sol e, embora elas sejam medrosas, indicam que o mundo poderá se renovar, uma vez finda a guerra.
 III. Ao dizer que “cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas”, o poeta generaliza a guerra como um terror em si, independentemente de posições políticas.
 IV. A repetição do vocábulo “medo” é uma antonomásia e essa característica estilística não se torna abusiva em virtude de evidenciar que o medo é maior do que tudo.
 V. Com uma forte reflexão crítica, o poema ressalta a esperança de um mundo melhor, sentimento que invadiu os indivíduos durante a guerra.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
 c) Somente as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
 d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
 e) Somente as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.

07. Atente para o quadro a seguir, intitulado “O Lavrador de café” (produzido em 1934), do famoso pintor brasileiro Candido Portinari (1903-1962). Tenha em mente que uma pintura é um texto visual e, como tal, pode ser “lido”:



Fonte: <https://masp.org.br/acervo/obra/o-lavrador-de-cafe>

Leia agora as afirmativas a seguir, feitas sobre o quadro:

- I. As mãos e os pés desproporcionais representam não só a força bruta, mas também o trabalho braçal pesado a que eram submetidos os lavradores de café.
- II. A cor do lavrador não é gratuita e indica que, mesmo oficialmente extinta a escravidão, os negros continuavam a exercer trabalhos na agricultura.
- III. O trem (que se vê à esquerda, a meia altura), representando a modernidade, cria um contraste com a figura do trabalhador dos cafezais; no caso, o conflito ocorre entre o novo e o antigo.
- IV. Embora à época da feitura do quadro não houvesse, como hoje, preocupações com a ecologia, a árvore cortada indica a destruição do meio ambiente pelas plantações de café.
- V. O quadro ultrapassa os limites do meramente estético, já que funciona como um documento que nos leva a pensar sobre a divisão do trabalho e a exclusão social.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

08. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está **INCORRETA**:

- a) Amanhã, dar-lhe-ei o presente que comprei com muito sacrifício.
- b) Em tratando-se de romances, meu favorito é *A Metamorfose*, de Kafka.
- c) Conteí essa anedota apenas para alegrá-lo.
- d) Amanhã lhe darei o presente que comprei com muito sacrifício.
- e) Conteí essa anedota apenas para o alegrar.

09. Leia as frases a seguir:

- I. Face a face, o empregado disse umas verdades ao patrão.
- II. Dirigi-me a Sua Excelência, o governador, em termos respeitosos.
- III. Nesta universidade, a profissão a que eu aspiro não possui nenhum curso.
- IV. A pintura de Portinari é aquela a qual fiz alusão em meu discurso.
- V. Refiro-me aquilo que disseste sobre a impropriedade da astrologia.
- VI. A garota que melhor desfilou será feita a oferta para tornar-se modelo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente nas frases I, II e IV falta o sinal indicativo de crase.
- b) Somente nas frases I, III, IV e VI falta o sinal indicativo de crase.
- c) Somente nas frases IV, V e VI falta o sinal indicativo de crase.
- d) Somente nas frases II, III e V falta o sinal indicativo de crase.
- e) Somente nas frases II, III, V e VI falta o sinal indicativo de crase.

10. Leia as frases a seguir:

- I. Segundo filósofos de esquerda, a classe média tem medo de **empobrecer**.
- II. Lins é um advogado que fala **bonito** e por isso encanta a todos.
- III. Parece que há muito **petróleo** na foz do rio Amazonas.
- IV. Andar de moto é perigoso, por isso prefiro o **automóvel**.

As palavras destacadas em negrito são formadas, respectivamente, pelo seguinte processo:

- a) derivação parassintética, derivação imprópria, composição por aglutinação, hibridismo.
- b) derivação sufixal, derivação imprópria, composição por aglutinação, derivação prefixal.
- c) derivação sufixal, derivação regressiva, composição por justaposição, derivação prefixal.
- d) derivação parassintética, derivação regressiva, composição por justaposição, hibridismo.
- e) derivação sufixal, derivação regressiva, composição por aglutinação, hibridismo.

LEGISLAÇÃO

11. Conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, sobre o funcionamento e as penalidades das Comissões de Ética, é **CORRETO** afirmar que:

- a) a Comissão de Ética pode aplicar a pena de suspensão, por até 15 dias, em casos de reincidência.
- b) a única penalidade aplicável ao servidor pela Comissão de Ética é a de censura, e sua fundamentação constará de parecer assinado por seus membros.
- c) a competência da Comissão de Ética limita-se apenas aos atos praticados dentro do recinto da repartição pública.

- d) as decisões das Comissões de Ética são sigilosas e não devem constar no assentamento funcional do servidor para evitar danos à sua imagem.
- e) o servidor que omitir a verdade diante de uma investigação ética não poderá ser punido, em respeito ao princípio da não autoincriminação.
12. O servidor público estável que, em virtude de processo administrativo disciplinar, é demitido, mas consegue a invalidação dessa demissão por decisão judicial, deve retornar ao cargo anteriormente ocupado. Esse instituto de provimento denomina-se:
- aproveitamento.
 - readaptação.
 - recondução.
 - reintegração.
 - reversão.
13. Após as alterações trazidas pela Lei nº 14.230/2021, a Lei de Improbidade Administrativa passou a exigir um requisito específico para a configuração do ato ilícito. Sobre esse tema, é **CORRETO** afirmar que:
- a divergência na interpretação da lei, sem prova de má-fé, é suficiente para configurar ato de improbidade.
 - se considera dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, tipificado em lei, não bastando a simples voluntariedade do agente.
 - o prazo de prescrição para as sanções previstas na lei é de 5 anos, após a saída do cargo.
 - somente agentes públicos com cargo efetivo podem responder por atos de improbidade administrativa.
 - se pune o ato de improbidade, tanto na forma dolosa quanto na forma culposa.
14. No que se refere à instrução e decisão no Processo Administrativo Federal, assinale a alternativa que está em conformidade com a Lei nº 9.784/1999:
- Encerrada a instrução, o órgão competente tem o prazo de até 30 dias para decidir, permitida a prorrogação motivada.
 - A Administração tem o dever de emitir decisão em processos de sua competência no prazo máximo de 10 dias úteis.
 - É vedada a participação de peritos ou especialistas no processo administrativo, devendo a prova ser exclusivamente documental.
 - O interessado não pode desistir do processo administrativo após o início da fase de instrução.
 - Os atos do processo administrativo devem ser obrigatoriamente realizados na sede do Ministério ao qual o órgão pertence.
15. No âmbito da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE), a passagem do servidor de um padrão de vencimento para o imediatamente superior, dentro da mesma classe, decorrente da avaliação de desempenho e do cumprimento do interstício de 18 meses, é chamada de:
- Ascensão Funcional.
 - Incentivo à Qualificação.
 - Progressão por Capacitação Profissional.
 - Progressão por Mérito Profissional.
 - Promoção por Escolaridade.
16. De acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o órgão executivo máximo da Universidade é o(a):
- Assembleia Geral.
 - Conselho de Administração (CONSA).
 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).
 - Conselho Universitário (CONSUNI).
 - Reitoria.
17. A Constituição Federal de 1988 estabelece regras rígidas para a acumulação de cargos públicos. Assinale a alternativa que apresenta uma acumulação **permitida**, desde que haja compatibilidade de horários:
- um cargo de juiz com um cargo de técnico de tribunal.
 - um cargo de professor com outro cargo técnico de qualquer natureza, desde que em esferas diferentes (União e Estado).
 - dois cargos de médico ou outros profissionais de saúde com profissões regulamentadas.
 - dois cargos de técnico-administrativo em educação.
 - três cargos de professor em universidades públicas distintas.
18. Sobre a modalidade de licitação denominada "Pregão", destinada à aquisição de bens e serviços comuns, é **CORRETO** afirmar que:
- o prazo fixado para a apresentação das propostas não será inferior a 8 dias úteis.
 - a fase de habilitação dos licitantes ocorre sempre antes da abertura das propostas de preços.
 - no pregão presencial, os lances verbais são proibidos, sendo aceitos apenas lances por escrito em envelopes lacrados.
 - o critério de julgamento poderá ser o de "melhor técnica" ou "técnica e preço".
 - o pregão não se aplica à contratação de serviços comuns de engenharia.
19. O Decreto nº 9.991/2019 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP). Sobre a licença para capacitação, prevista no PNDP, é **CORRETO** afirmar que:
- a licença para capacitação é um direito absoluto do servidor, não podendo ser negada pela chefia imediata.
 - a licença só pode ser concedida para cursos de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado).
 - o servidor pode afastar-se por até três meses, a cada quinquênio, com remuneração mantida, desde que a ação de desenvolvimento esteja prevista no PDP do órgão.
 - durante a licença para capacitação, o servidor perde o direito às gratificações de desempenho.
 - o período de licença não utilizado acumula-se para o quinquênio seguinte.
20. A Lei nº 8.027/1990 estabelece deveres e proibições aos servidores civis da União. Segundo essa norma, constitui infração disciplinar passível de penalidade:

- I. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários de parentes até o segundo grau.
- II. Manter sob sua chefia imediata, em cargo de confiança, cônjuge ou parente até o segundo grau civil.
- III. Recusar fé a documentos públicos.

É **CORRETO** afirmar que constitui(em) infração disciplinar:

- a) Somente a situação III.
- b) Somente as situações I e II.
- c) Somente as situações I e III.
- d) Somente as situações II e III.
- e) Todas as situações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. Na Constituição Federal de 1988 (CF88), foram evidenciadas contribuições de melhoria ligadas ao tema orçamento público. De acordo com a referida temática, podemos afirmar que a CF88:

- I. incorporou o processo de elaboração orçamentária exclusivamente aos Estados.
- II. devolveu aos legislativos a prerrogativa de propor emendas de despesa aos projetos de lei orçamentária.
- III. criou instrumentos e ampliou o ciclo orçamentário: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA).
- IV. consolidou o conceito da universalidade, ao estabelecer que todas as receitas e todas as despesas públicas se submetem ao processo orçamentário comum.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 - b) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
 - c) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
 - d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
 - e) Todas as afirmativas são verdadeiras.
22. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade. No contexto do ASPECTO ORÇAMENTÁRIO da contabilidade aplicada ao setor público (CASP), os principais instrumentos elaborados por essa contabilidade são:
- a) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e os Balanços Orçamentário e Financeiro.
 - b) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Balanço Patrimonial (BP).
 - c) o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).
 - d) o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
 - e) o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).
23. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os

processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Nesse contexto, **NÃO** configura um princípio orçamentário cuja existência e aplicação derivam de normas jurídicas o(a):

- a) Exclusividade – Prevista no § 8º do art. 165 da Constituição Federal, estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- b) Materialidade – Estabelecida pelo caput do art. 15º da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, determina que os valores de bens e serviços, evidenciados no orçamento, serão assegurados até a realização dos mesmos, bem como os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis através do ajuste da expressão formal dos valores dos itens orçados.
- c) Orçamento Bruto – Previsto pelo art. 6º da Lei nº 4.320/1964, obriga registrar-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- d) Publicidade – Princípio básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, está previsto no caput do art. 37 da Magna Carta de 1988. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo essa a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.
- e) Universalidade – Estabelecida, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

24. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) ampliou o significado e a importância da LDO ao atribuir-lhe a incumbência de disciplinar inúmeros temas específicos. Nesse contexto, **NÃO** configura um anexo de Meta Fiscal que deve acompanhar a LDO o(a):

- a) avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- b) avaliação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos quatro exercícios anteriores.
- c) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- d) demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifique os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

e) evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

25. A Lei nº 4.320/1964 determina, nos artigos 42 e 43, que os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do poder executivo, dependendo de prévia autorização legislativa, necessitando da existência de recursos disponíveis e precedida de exposição justificada. Nesse contexto, são considerados como recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, conforme disposto no §1º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964,

- I. os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- II. os provenientes da venda de bens móveis ou imóveis, operações de crédito, amortização de dívidas e transferências de capital, sem destinação constitucional ou legal definida, como educação, saúde e cultura.
- III. os provenientes de atividades operacionais próprias, conforme previsto na Lei Complementar nº 101/2000, com finalidade de aumento no orçamento da administração pública.
- IV. o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I e IV.
- d) Somente os itens II e III.
- e) Somente os itens II e IV.

26. A execução orçamentária representa a forma de utilização dos recursos de que o Estado se apropria junto à sociedade por intermédio da tributação, e a sua contrapartida aos cidadãos se dá por meio da geração de bens e serviços. Com relação à programação das despesas, podemos afirmar que:

- I. a programação da despesa orçamentária desconsidera os recursos legalmente vinculados à finalidade específica de atender ao objeto de sua vinculação.
- II. imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprova um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.
- III. a fixação de cotas trimestrais da despesa de cada unidade orçamentária tem o objetivo de manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.
- IV. as cotas trimestrais não podem ser alteradas durante o exercício com objetivo de atender o cumprimento dos objetivos e metas.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.

27. Conforme a Lei nº 4.320/1964, de 17.03.1964, o recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais. Em relação à Conta Única do Tesouro Nacional, podemos afirmar que:

- I. As disponibilidades de caixa da União serão depositadas na conta única do Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- II. A movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional é efetuada de forma direta no SIAFI sob forma de acesso on-line, utilizando como Agente Financeiro, qualquer outro banco, com exceção aos bancos que compõem Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).
- III. A Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado que façam uso do SIAFI por meio de acordo de cooperação técnica firmado com a STN.
- IV. O Guia de Recolhimento da União (GRU) é o único documento utilizado para realizar a movimentação, na conta única, dos recursos financeiros de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

28. A Lei nº 4.320/1964 regulamenta os ingressos de disponibilidades de todos os entes da federação classificando-os em dois grupos: orçamentários e extraorçamentários. Nesse contexto, configura um ingresso de disponibilidades extraorçamentário aquele proveniente:

- a) da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) de contribuição social, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.
- c) da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, provenientes das atividades industriais definidas como tal pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

- d) de rendimento sobre investimento do ativo permanente, de aplicação de disponibilidade em opção de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativo permanente.
- e) de Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária.
29. Para que as despesas possam ser efetivamente realizadas, é necessário que os recursos financeiros estejam disponíveis no momento devido para quitar a obrigação. Com relação à vinculação das despesas orçamentárias, é **INCORRETO** afirmar que:
- a) além de obedecer às normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará que a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
- b) a Destinação Vinculada é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pelo marco legal.
- c) a execução orçamentária é organizada na forma de créditos orçamentários, aos quais estão vinculadas dotações e despesas orçamentárias, ressaltando-se que crédito orçamentário compreende as categorias classificatórias do Grupo de Despesa, Identificador de Uso, Fonte de Recursos, Modalidade de Aplicação, Categoria Econômica, Subtítulo, Projeto ou Atividade ou Operação Especial, Programa, Função, Unidade Orçamentária e Órgão.
- d) os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.
- e) para a despesa orçamentária, o código de vinculação identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados.
30. Segundo a Constituição Federal, o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento do poder executivo que auxilia a administração pública. Com relação ao PPA, é **INCORRETO** afirmar que:
- a) a lei que institui o PPA estabelece, exclusivamente, de forma globalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital.
- b) cabe a lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- c) a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que a lei orçamentária anual só admitirá investimentos plurianuais previstos no PPA ou autorizados em lei.
- d) nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- e) os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos na Constituição, serão elaborados em consonância com o PPA e apreciados pelo Congresso Nacional.
31. Seria impraticável se o orçamento não pudesse ser retificado, visando atender a situações não previstas quando de sua elaboração. Nesse contexto, **NÃO** configura um Crédito Adicional no processo de execução orçamentária aquele destinado:
- a) ao reforço de dotação orçamentária. A LOA poderá conter autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos suplementares até determinada importância.
- b) a autorizar o gasto aprovado na LOA, definindo o limite de recursos para ações, projetos e despesas de órgãos públicos no início do exercício financeiro.
- c) a atender despesas para as quais não haja crédito orçamentário específico, devendo ser autorizadas por lei.
- d) a atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- e) a incorporar-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar.
32. Para viabilizar a concretização do plano plurianual e transformá-lo em realidade, obedecida a lei de diretrizes orçamentárias, elabora-se a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse contexto, **NÃO** configura uma característica da LOA:
- a) apresentar, em sua composição, peça orçamentária que esteja relacionada aos investimentos realizados pelas empresas em que o poder público, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- b) fazer parte de sua estrutura peça orçamentária que esteja relacionada às entidades e aos órgãos a ela vinculados – saúde, previdência social e assistência social – da administração direta e indireta, bem como aos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- c) possuir, em sua composição, peça orçamentária que esteja relacionada aos poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) ser dispositivo legal que define metas, prioridades da administração pública federal e regras para a elaboração e execução do orçamento público do ano seguinte, bem como estabelecer os critérios da política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- e) ser instrumento legal que estima as receitas e fixa as despesas públicas para um exercício financeiro (um ano), detalhando onde o governo investirá o dinheiro arrecadado com impostos. Ela é de autoria do Poder Executivo, aprovada pelo Legislativo.

33. Para efeito didático, acerca dos processos orçamentários no serviço público, foi criada a definição de ciclo orçamentário em que são identificadas suas etapas, por meio dos principais processos e de suas respectivas sequências de realização. Nesse contexto, **NÃO** configura uma etapa do ciclo orçamentário o(a):

- a) avaliação, que se refere à organização, aos critérios e trabalhos destinados a julgar o nível dos objetivos fixados no orçamento e às modificações nele ocorridas durante a execução; à eficiência com que se realizam as ações empregadas para tais fins e ao grau de racionalidade na utilização dos recursos correspondentes.
 - b) elaboração do orçamento, de conformidade com o disposto na lei de diretrizes orçamentárias, que compreende a fixação de objetivos concretos para o período considerado, bem como o cálculo dos recursos humanos, materiais e financeiros, necessários à sua materialização e concretização.
 - c) estudo, debate e aprovação do projeto de lei orçamentária. Essa etapa é de competência do Poder Legislativo, e o seu significado está configurado na necessidade de que o povo, através de seus representantes, intervenha na decisão de suas próprias aspirações, bem como na maneira de alcançá-las.
 - d) execução do orçamento, que constitui a concretização anual dos objetivos e metas determinados para o setor público, no processo de planejamento integrado, e implica a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.
 - e) organização e estruturação dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários, dividindo o trabalho e atribuindo responsabilidades às unidades da gestão pública na execução orçamentária.
34. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é um órgão da administração federal direta do Poder Executivo, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Nesse contexto, **NÃO** configura uma função da STN:
- a) Fiscalização e Sanção, ou seja, disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil, por meio do monitoramento das atividades de companhias abertas, investidores, corretoras e fundos de investimento, investigando e penalizando irregularidades.
 - b) Gestão da Dívida Pública, isto é, administrar a dívida pública interna e externa, mobiliária e contratual, planejando emissões e pagamentos.
 - c) Gestão de Caixa (Conta Única), ou seja, gerenciar o caixa da União, controlando a entrada de receitas e a liberação de pagamentos conforme o orçamento.
 - d) Política Fiscal e Planejamento, isto é, definir diretrizes para a programação financeira, monitorar riscos fiscais e elaborar cenários de médio e longo prazo.
 - e) Relação com Entes Federativos, isto é, apoiar estados e municípios, analisar a Capacidade de

Pagamento (CAPAG) e gerenciar transferências e operações de crédito.

35. A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados. Nesse contexto, podemos afirmar que, em relação ao PCASP, as contas de:

- I. Variações Patrimoniais Aumentativas, Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, e Controles Credores possuem mesma Natureza de Saldo.
- II. Variações Patrimoniais Diminutivas, Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, e Controles Devedores possuem a mesma Natureza de Saldo.
- III. Variações Patrimoniais Aumentativas, Controles da Execução do Planejamento e Orçamento, e Controles Credores possuem mesma Natureza de Saldo.
- IV. Variações Patrimoniais Aumentativas, Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento, e Controles Devedores possuem mesma Natureza de Saldo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente a afirmativa II é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

36. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. No contexto das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), avalie os roteiros de lançamentos contábeis a seguir e identifique qual roteiro, realizado no momento da arrecadação do tributo, está **CORRETO**:

- a) Natureza da informação: patrimonial
D- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C- Créditos Tributários a Receber (P)
Natureza da informação: orçamentária
D- Receita Realizada
C- Receita a Realizar
Natureza da informação: controle
D- Controle da Disponibilidade de Recursos
C- Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
- b) Natureza da informação: patrimonial
D- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C- Créditos Tributários a Receber (P)
Natureza da informação: orçamentária
D- Receita a Realizar
C- Receita Realizada
Natureza da informação: controle
D- Controle da Disponibilidade de Recursos
C- Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)

- c) Natureza da informação: patrimonial
 D- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 C- Créditos Tributários a Receber (P)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Receita Realizada
 C- Receita a Realizar
 Natureza da informação: controle
 D- Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 C- Controle da Disponibilidade de Recursos
- d) Natureza da informação: patrimonial
 D- Créditos Tributários a Receber (P)
 C- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Receita Realizada
 C- Receita a Realizar
 Natureza da informação: controle
 D- Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 C- Controle da Disponibilidade de Recursos
- e) Natureza da informação: patrimonial
 D- Créditos Tributários a Receber (P)
 C- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Receita a Realizar
 C- Receita Realizada
 Natureza da informação: controle
 D- Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)
 C- Controle da Disponibilidade de Recursos
- 37.** As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. No contexto das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), avalie os roteiros de lançamentos contábeis a seguir e identifique qual roteiro, realizado junto com a liquidação da despesa orçamentária no momento da saída do recurso financeiro, está **CORRETO**:
- a) Natureza da informação: patrimonial
 D- Demais Obrigações a Curto Prazo (F)
 C- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Crédito Empenhado Liquidado Pago
 C- Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 Natureza da informação: controle
 D- DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
 C- DDR Utilizada
- b) Natureza da informação: patrimonial
 D- Demais Obrigações a Curto Prazo (F)
 C- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Crédito Empenhado Liquidado Pago
 C- Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 Natureza da informação: controle
- D- DDR Utilizada
 C- DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
- c) Natureza da informação: patrimonial
 D- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 C- Demais Obrigações a Curto Prazo (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Crédito Empenhado Liquidado Pago
 C- Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 Natureza da informação: controle
 D- DDR Utilizada
 C- DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
- d) Natureza da informação: patrimonial
 D- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 C- Demais Obrigações a Curto Prazo (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 C- Crédito Empenhado Liquidado Pago
 Natureza da informação: controle
 D- DDR Utilizada
 C- DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
- e) Natureza da informação: patrimonial
 D- Demais Obrigações a Curto Prazo (F)
 C- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
 Natureza da informação: orçamentária
 D- Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
 C- Crédito Empenhado Liquidado Pago
 Natureza da informação: controle
 D- DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias
 C- DDR Utilizada
- 38.** O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil do Governo Federal. Nesse contexto, **NÃO** configura um objetivo do SIAFI:
- a) adequar os procedimentos de administração financeira aos padrões internacionais de administração pública, facilitando a elaboração de consultas e relatórios gerenciais.
- b) fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.
- c) integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal.
- d) permitir que a Contabilidade Aplicada à Administração Pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais para todos os níveis da Administração Pública.
- e) prover os Órgãos da Administração Pública de mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e contábil.

39. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio. Nesse contexto, configura uma Superveniência Patrimonial:

- alteração no Patrimônio Líquido (PL) resultante de troca de recursos entre entidades da administração pública (entidade-matriz e entidades-filiais, ou entes da federação) que não representa receita ou despesa orçamentária, mas movimentação de recurso.
- alteração que ocorre nos elementos do ativo ou passivo sem alterar o valor total do Patrimônio Líquido (PL).
- aquela que altera os elementos do patrimônio, porém não provoca alteração no resultado patrimonial.
- aumento ou diminuição na situação do Patrimônio Líquido (PL) decorrente de evento imprevisível ou que não foi orçado, alterando o valor do ativo ou do passivo.
- desaparecimento ou perda de elementos do ativo ou passivo, que também gera variações no Patrimônio Líquido (PL).

40. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em RESTOS A PAGAR (RP). Nesse contexto, avalie o roteiro a seguir, que foi realizado antes de 31 de dezembro, na contabilidade de determinado ente público:

- Recebimento de receitas tributárias no valor de R\$ 1.000,00;
- Empenho da despesa no valor de R\$ 950,00;
- Liquidação de despesa corrente no valor de R\$ 500,00.

Após o fim do exercício, os valores inscritos em RP Processado e RP Não Processado são, respectivamente,

- R\$ 450,00 e R\$ 500,00.
- R\$ 450,00 e R\$ 550,00.
- R\$ 500,00 e R\$ 450,00.
- R\$ 500,00 e R\$ 500,00.
- R\$ 550,00 e R\$ 450,00.

41. Serão inscritas em Restos a Pagar Processados (RPP) as despesas liquidadas e não pagas no exercício financeiro. No contexto dos RPP e Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), avalie os roteiros de lançamentos contábeis a seguir e identifique qual roteiro de pagamento de RPP a pagar está **CORRETO**:

- Natureza da informação: patrimonial
D- Passivo circulante (F)
C- Caixa e equivalente de caixa (F)
Natureza da informação: orçamentária
D- RP processados a pagar
C- RP processados pagos
Natureza da informação: controle
D- DDR comprometida por liquidação e entradas compensatórias
C- DDR utilizada
- Natureza da informação: patrimonial
D- Passivo circulante (F)
C- Caixa e equivalente de caixa (F)

Natureza da informação: orçamentária
D- RP processados pagos
C- RP processados a pagar
Natureza da informação: controle
D- DDR comprometida por liquidação e entradas compensatórias
C- DDR utilizada

- Natureza da informação: patrimonial
D- Passivo circulante (F)
C- Caixa e equivalente de caixa (F)
Natureza da informação: orçamentária
D- RP processados pagos
C- RP processados a pagar
Natureza da informação: controle
D- DDR utilizada
C- DDR comprometida por liquidação e entradas compensatórias
- Natureza da informação: patrimonial
D- Caixa e equivalente de caixa (F)
C- Passivo circulante (F)
Natureza da informação: orçamentária
D- RP processados pagos
C- RP processados a pagar
Natureza da informação: controle
D- DDR utilizada
C- DDR comprometida por liquidação e entradas compensatórias
- Natureza da informação: patrimonial
D- Caixa e equivalente de caixa (F)
C- Passivo circulante (F)
Natureza da informação: orçamentária
D- RP processados a pagar
C- RP processados pagos
Natureza da informação: controle
D- DDR utilizada
C- DDR comprometida por liquidação e entradas compensatórias

42. A Dívida Pública (DP) representa as obrigações do ente público com terceiros. Nesse contexto, **NÃO** configura, sob o aspecto legal, uma DP Flutuante os:

- débitos de tesouraria.
- depósitos.
- empréstimos contraídos por títulos do governo.
- restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- serviços da dívida a pagar.

43. O Balanço Orçamentário (BO) é uma demonstração contábil pública. Em relação às características do BO, podemos afirmar que:

- O BO demonstra as receitas e as despesas orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.
- O BO é elaborado utilizando-se as seguintes classes e grupos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): a) Classe 7 (Controles Devedores), Grupo 4 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa); e b) Classe 8 (Controles Credores), Grupo 4 (Realização da Receita e Execução da Despesa).

III. O quadro principal do BO apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

IV. O BO é elaborado utilizando-se as seguintes classes e grupos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP): a) Classe 5 (Orçamento Aprovado), Grupo 2 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa); e b) Classe 6 (Execução do Orçamento), Grupo 2 (Realização da Receita e Execução da Despesa).

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

44. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é um instrumento contábil obrigatório no setor público. Em relação às suas características, podemos afirmar que a DVP:

- I. evidencia as alterações quantitativas (aumento/diminuição) e qualitativas no patrimônio líquido, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Apura o resultado patrimonial (superávit ou déficit) através da diferença entre Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.
- II. é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- III. é elaborada utilizando-se as Classe 5 (Orçamento Aprovado) e Classe 6 (Execução do Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).
- IV. permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

45. De forma resumida, o Balanço Financeiro (BF) é um quadro de contabilidade com duas seções, “receita” e “despesa”, utilizado pela Administração Pública. Nesse contexto, é **INCORRETO** afirmar que o BF demonstra:

- a) a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e com os que se transferem para o exercício seguinte.
- b) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte ou destinação de recurso, discriminando-as em recursos não vinculados, recursos vinculados (exceto ao

Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)) e os recursos vinculados ao RPPS.

- c) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, segregados em caixa e equivalentes de caixa (exceto RPPS) e caixa e equivalentes de caixa – RPPS.
- d) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS.
- e) as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.



REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO
COMPEC/UFAM